

20 AGO 1993

À espera da colheita

Ao aprovar, por boa margem de votos, a política salarial de emergência, o Congresso Nacional deu a trégua que o Governo precisava para que comecem a surtir efeito as medidas de combate à inflação. O reajuste compulsório mensal dos salários equivalente à inflação integral, como deseja o PT, engessaria a economia de uma vez na indexação, e todo o esforço feito até agora para se conter o déficit público rolaria por terra.

A NOVA política significará um acréscimo correspondente a US\$ 950 milhões nos benefícios que a Previdência Social terá de pagar aos segurados até o fim do ano. Deve-se somar a isso os US\$ 2 bilhões a mais que pesam sobre a Previdência este ano, por força de um aumento de dois milhões no número de aposentados. O total passou a ser de 12,5 milhões de pessoas, para uma população economicamente ativa de 47 milhões — dos quais quase a metade sem carteira assinada e sem contribuir para o sistema previdenciário.

ESSES valores não deixam de traduzir uma política de rendas, embora modesta diante do desafio social brasileiro. No interior do Nordeste, o efeito dessa política chega a ser ponderável, em face das aposentadorias rurais remuneradas com um salário-mínimo; em alguns casos, chegam a duplicar a renda familiar. Na área rural, a Previdência tem executado, na prática, o

programa de renda mínima defendido pelo senador petista Eduardo Suplicy: basta considerar que já são 4,5 milhões de aposentados, sendo que quase todos nunca haviam antes contribuído para a Previdência.

ESSES modestos avanços seriam anulados pela aceleração da inflação decorrente de uma decisão demagógica em relação ao valor do salário-mínimo.

A EQUIPE econômica contará com alguns fatores favoráveis já a partir de setembro. O recolhimento do IPMF cobrirá de imediato encargos com a dívida pública interna que vinham sendo pagos com emissão inflacionária de moeda ou de novos títulos. Haverá, assim, espaço para redução das taxas de juros reais, barateando a própria dívida, aliviando o déficit e todo o crédito à atividade produtiva.

AS tarifas e preços públicos estarão alinhados em setembro. Não há pressão por parte das importações, pois os principais produtos da pauta brasileira continuam com cotações baixas. E o câmbio está ajustado (bastaria que o Banco Central deixasse de comprar dólares por uns dias, para que o fluxo de entrada de moeda estrangeira no país desarmasse as manobras especulativas nesse mercado).

HÁ outro fator, que passa despercebido pelo consumidor, mas que é relevante para o equilíbrio global das finanças públicas: o

acerto da dívida de estados e municípios com a União. Por força de avais concedidos no passado, o Tesouro Nacional honrou, sem ser ressarcido, uma série de empréstimos estaduais e municipais. Esse processo estará sendo estancado ou, na pior das hipóteses, amenizado consideravelmente, com o início dos pagamentos pelos inadimplentes.

ESSA rearrumação nas contas públicas tornará mais fácil um acordo com os bancos credores e o Fundo Monetário Internacional até o fim do ano, removendo-se o último obstáculo na regularização das relações financeiras com o exterior.

A PARTIR de outubro, o mercado produtor também estará apto a dar sua contribuição ao combate à inflação, pois terá passado a pior fase da entressafra. Além das primeiras colheitas de grãos e cereais, o rebanho começará a ganhar peso (o preço da carne é componente decisivo do custo de vida, não só diretamente, mas também por sua influência indireta na cadeia de alimentação, servindo de parâmetro até para os cardápios de bares e restaurantes).

COM todas as dificuldades que permanecem de pé, deve-se reconhecer que não existe mais uma espada de Dâmoques ameaçando cair sobre a economia. A possibilidade de sucesso no combate à inflação está devolvida às mãos do Governo.